



AZ@BXL

Número: 275 Data: 2023.06.09

No título: [Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico](#)

Nota: A [série](#) em questão pretende visitar em toda a sua extensão os centros ambientais nos Açores. O Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico encontra-se num edifício situado num dos núcleos mais peculiares da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha – Lajido de Santa Luzia. Constituindo-se como ponto de partida para a compreensão do valioso património cultural classificado como Património Mundial pela UNESCO em 2004, neste espaço, o visitante poderá assistir a um breve documentário sobre a Paisagem da Cultura da Vinha e recolher informações sobre os valores que a compõem.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Orçamento da UE para 2024: dar resposta às prioridades](#)

[Economia circular: Comissão recomenda ações para impulsionar a reciclagem em 18 Estados-Membros, incluindo Portugal](#)

[Organismo de ética da UE: Comissão propõe a criação de normas éticas comuns para todas as instituições da UE](#)

[Saúde digital: Comissão e OMS lançam iniciativa histórica no domínio da saúde digital para reforçar a segurança sanitária mundial](#)

[UE entre os primeiros a aceitar o acordo da OMC sobre as subvenções à pesca](#)

[Rotas migratórias: Comissão apresenta um novo plano de ação para as rotas do Mediterrâneo Ocidental e do Atlântico](#)

[Incêndios florestais: quase 300 bombeiros europeus mobilizados para apoiar o Canadá](#)

[Qualidade das águas balneares da Europa mantém-se elevada](#)



9 e 10 de junho



Encontro Europeu da Juventude 2023: jovens pronunciam-se um ano antes das eleições europeias

Cerca de 10 mil jovens da UE e de outros países vão [reunir-se](#) em Estrasburgo para debater o futuro da Europa, no contexto da guerra contra a Ucrânia e das próximas eleições europeias. Na sexta-feira, 9 de junho, e no sábado, 10 de junho, o Encontro Europeu da Juventude 2023 (EYE 2023) contará com mais de 300 atividades presenciais e híbridas — debates, discussões, oportunidades de ligação em rede, espetáculos artísticos, atividades desportivas e workshops interativos.

Foram criadas em conjunto com as instituições da UE, as organizações internacionais, as organizações de juventude e os próprios participantes. O evento é organizado pelo Parlamento Europeu em Estrasburgo, com parte do programa a decorrer ao ar livre, na aldeia do EYE. A [participação em linha no evento](#) também será possível.

Até 11 de junho



Prémios Europeus da Energia Sustentável 2023

Os Prémios Europeus de Energia Sustentável (Prémios EUSEW) reconhecem indivíduos e projetos de destaque pelas suas inovações e esforços no campo da eficiência energética e das energias renováveis.

A votação do público para o *EUSEW Awards 2023* já está aberta, saiba quem foi [selecionado como finalista e vote](#) em cada uma das três categorias postas a concurso.

11 a 13 de junho



Reunião informal dos ministros da Agricultura e Pescas

Os ministros da Agricultura da UE [participarão](#) numa reunião informal em Estocolmo, presidida pelo ministro dos Assuntos Rurais, Peter Kullgren. O tema da reunião é o potencial da agricultura para contribuir para a transição ecológica. Esta reunião constitui uma oportunidade para os participantes conhecerem melhor a agricultura, a investigação e a inovação suecas num ambiente informal e descontraído. O programa inclui uma série de visitas de estudo, incluindo a oportunidade de conhecer soluções agrícolas inovadoras.

12 e 13 de junho



Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores)

Entre os [destaques](#): orientação geral relativa à Diretiva relativa à melhoria das condições de trabalho nas plataformas digitais; Debate de orientação respeitante ao Semestre Europeu 2023; ou a orientação geral referente à Diretiva que estabelece as normas aplicáveis aos organismos de promoção da igualdade.

12 a 15 de junho



Sessão Plenária do Parlamento Europeu

Durante a próxima semana (dia 12 de junho) será [debatido](#) e [votado](#) na [Plenária](#) (em Estrasburgo) o relatório de iniciativa do Parlamento Europeu dedicado às RUP: [Relatório sobre a avaliação da nova comunicação da Comissão Europeia sobre as regiões ultraperiféricas \(2022/2147\(INI\)\)](#). Esta será a última etapa processual deste relatório. Depois de aprovado em Estrasburgo, o relatório será transmitido à Comissão Europeia e ao Conselho para que o tenham em consideração nos atuais e nos futuros trabalhos legislativos.

13 de junho



Evento final: Programa de intercâmbios nas Regiões Ultraperiféricas da UE sobre a adaptação às alterações climáticas

A Direção-Geral da Política Regional e Urbana (DG REGIO), em parceria com a Presidência do Comité de Acompanhamento da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, encontra-se a [organizar](#) um evento final para concluir o Programa de Intercâmbios nas Regiões Ultraperiféricas da UE e nos seus países vizinhos sobre a adaptação às alterações climáticas, lançado em dezembro de 2021.

Neste evento final serão apresentados, discutidos e consolidados os resultados de quase dois anos de investigação e análise de iniciativas, boas-práticas e soluções sobre a adaptação às alterações climáticas identificadas em todas as bacias geográficas. Será uma oportunidade para refletir sobre as principais atividades, resultados e intercâmbios promovidos entre os principais atores e partes interessadas durante os nove workshops virtuais organizados na Macaronésia, Caraíbas-Amazónia e Sudoeste do Oceano Índico. Espera-se que os participantes sejam informados e inspirados pelas práticas bem-sucedidas e pelas lições aprendidas em todas as bacias. Para além disso, pretende-se a partilhar experiências sobre os principais desafios comuns e individuais e formas coletivas para os enfrentar. Este evento de encerramento ocorrerá a 13 de junho de 2023 das 9:15 às 17:00 (GMT+1) em Las Palmas de Gran Canaria e terá um formato híbrido, permitindo aos participantes assistir fisicamente ou virtualmente.



Capital Europeia da Cultura — avaliação intercalar de 2024

A avaliação da iniciativa Capital Europeia da Cultura (CEC) resultará num documento de trabalho dos serviços da Comissão e num relatório para as outras instituições da UE. A CEC rege-se pela Decisão 445/2014/UE. Nos termos do seu artigo 16.º, a Comissão deve assegurar a realização regular de avaliações independentes dos resultados da iniciativa. Comentários [aqui](#).



Sessão de informação sobre o documento de orientação da EFSA relativo aos perigos para as abelhas da utilização de produtos fitofarmacêuticos

A Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) atualizou as suas orientações respeitantes aos riscos para as abelhas melíferas, zangões e as abelhas solitárias decorrentes da utilização dos produtos fitofarmacêuticos. O [documento de orientação atualizado](#) tem em conta os conhecimentos científicos mais recentes e contém as metodologias mais atualizadas para a realização de avaliações de risco neste domínio.

A sessão de informação (em linha) sobre o documento de orientação revisto da EFSA relativo aos perigos para as abelhas da utilização de produtos fitofarmacêuticos [irá decorrer](#) no dia 13 de junho. Inscrições até ao dia 9 de junho (12h CEST).

14 de junho



Horizonte Europa - Redes de Doutoramento 2023: Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA) - Evento de informação sobre a apresentação de candidaturas

A Comissão Europeia abriu um novo [convite](#) à apresentação de propostas para as redes de doutoramento das [Ações Marie Skłodowska-Curie \(MSCA\) de 2023](#). Prevê-se que o convite financie mais de 130 doutoramentos em todos os domínios científicos, bem como a formação e o desenvolvimento de competências de 1600 candidatos a doutoramento. O convite será encerrado a 28 de novembro de 2023.

Estão disponíveis [em linha](#) mais informações sobre o convite à apresentação de candidaturas para as redes de doutoramento de 2023 e sobre a forma de se candidatar. Os potenciais candidatos [podem](#) também participar na jornada de informação específica a [14 de junho de 2023](#).

14 a 16 de junho



A [GLEX - Global Exploration Summit 2023](#) irá decorrer na Ilha Terceira, Açores, entre os dias 14 e 16 de junho. Todas as informações sobre o evento poderão ser consultadas [aqui](#).

Até 16 de junho



Produtos agrícolas – revisão das normas de comercialização da UE

As normas de comercialização dos produtos agrícolas da UE garantem um nível elevado de qualidade. Algumas das normas estão, todavia, desatualizadas podendo obstar a uma maior eficiência e sustentabilidade do sistema alimentar.

Esta iniciativa visa atualizar estas normas de modo a: incentivar a oferta de produtos mais sustentáveis aos consumidores; simplificar a legislação em vigor, constituída por vários instrumentos jurídicos; alinhar as normas da UE com os requisitos previstos no Tratado de Lisboa. Carregamento de comentários [aqui](#).



Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

Os ministros [serão](#) convidados a realizar um debate de orientação sobre este pacote legislativo e a dar orientações políticas sobre uma série de questões fundamentais que estão a ser objeto de debate a nível de peritos dos Estados-Membros. A 8 de dezembro de 2022, a Comissão apresentou o pacote "O IVA na era digital". Depois de a Comissão apresentar a sua proposta, os ministros terão oportunidade de proceder a uma primeira troca de pontos de vista e de manifestar as suas primeiras reações à proposta. Em 24 de maio, a Comissão apresentou duas propostas legislativas destinadas a garantir que o quadro jurídico para os produtos de investimento de retalho capacita suficientemente os consumidores, os protege de forma adequada, assegura resultados justos no mercado e, em última análise, cria as condições necessárias para aumentar a participação dos investidores não profissionais nos mercados de capitais.

20 a 22 de junho



Semana Europeia da Energia Sustentável 2023

O tema desta edição será "Acelerar a transição para energias limpas - faturas menores e maiores competências". A semana europeia é o maior evento anual dedicado às energias renováveis e à utilização eficiente da energia na Europa. Compreende uma série de atividades destinadas a construir um futuro energético seguro para a Europa. Inscrição e restantes informações [aqui](#).

21 de junho



Capacitar as comunidades energéticas: reforçar as capacidades de inovação social

Centrando-se nos aspetos da inovação social das comunidades de energia, esta sessão abordará os próximos passos previstos no pacote "Objetivo 55", as formas como as comunidades de energia ajudam a responder à crise energética e a informar as atualizações dos Planos Nacionais de Energia e Clima, que constituirão uma ferramenta de monitorização útil neste contexto para os Estados-Membros da UE.

Para tal, esta sessão explorará questões não regulamentares e barreiras relacionadas com a inovação social, a conceção, o desenvolvimento e a implementação de projetos, bem como a conceção de medidas políticas adequadas para ajudar a ultrapassar essas barreiras. O conteúdo da sessão basear-se-á nas experiências de comunidades de energia envolvidas em diferentes atividades relacionadas com a inovação social, bem como na análise política e nos materiais de orientação elaborados pelo Repositório das Comunidades de Energia e pelo Centro Consultivo das Comunidades de Energia Rural. A sessão destina-se a decisores políticos a nível da UE, nacional e local, bem como a profissionais de comunidades energéticas. Inscrições [aqui](#).

Até 23 de junho



Consulta pública sobre a meta climática da UE para 2040

As alterações climáticas continuam a ser o desafio decisivo das próximas décadas. Esta comunicação dá início a um processo destinado a estabelecer uma meta climática para 2040 que coloque a UE firmemente na via da neutralidade climática até 2050. Será acompanhada por uma avaliação de impacto aprofundada, que servirá de base a um projeto de lei que estabelece o objetivo para 2040. O carregamento das contribuições pode ser feito [aqui](#).

26 e 27 de junho



EuroPCom 2023

A EuroPCom, a [Conferência Europeia de Comunicação Pública](#), é o maior encontro anual de peritos no domínio da comunicação pública na União e é organizada conjuntamente pelas instituições da UE. A 14.ª Conferência EuroPCom realiza-se a 26 e 27 de junho de 2023 em Bruxelas e em linha.

Com as próximas eleições europeias a apenas um ano de distância, a EuroPCom deste ano tem como tema a democracia. Sob o lema "Comunicar a Democracia - Comunicar a Europa", os especialistas em comunicação a nível local, regional, nacional e europeu partilharão as suas melhores práticas no que respeita a estratégias de comunicação bem-sucedidas e debaterão a forma de conseguir a participação dos eleitores. Analisarão também a forma como a desinformação está a afetar a democracia e como as soluções de dados abertos podem capacitar os cidadãos, entre muitas outras questões de atualidade!.

Até 28 de junho



Consulta pública: digitalização dos documentos de viagem a fim de facilitar as viagens

Os documentos de viagem digitais podem ser mais fáceis de emitir do que os documentos físicos. Podem também facilitar os controlos nas fronteiras e, em última análise, o fluxo de viagens internacionais. Tal como anunciado na estratégia relativa ao espaço Schengen adotada em 2021, esta iniciativa visa decidir sobre um formato comum para os documentos de viagem digitais com vista a facilitar as viagens. Comentários [aqui](#).

Até 30 junho



Comissão Europeia convida Estados-Membros a acolherem as infraestruturas terrestres GOVSATCOM e IRIS²

A Comissão Europeia [lançou](#) um convite à manifestação de interesses, convidando os Estados-Membros a acolherem as infraestruturas terrestres GOVSATCOM e [IRIS²](#) para a prestação de serviços a utilizadores autorizados pelo governo, prosseguindo as atividades de implementação relacionadas com a [IRIS²](#), a infraestrutura para a resiliência, a interconetividade e a segurança por satélite.

Os Estados-Membros que pretendam fornecer sítios de alojamento e serviços de alojamento associados para os *hubs* GOVSATCOM ou os centros de controlo [IRIS²](#) são convidados a apresentar propostas até 30 de junho de 2023. Serão selecionados um sítio principal e um sítio de recurso para o GOVSATCOM e o [IRIS²](#), com uma transferência prevista dos sítios para a Comissão o mais tardar no 1.º trimestre de 2024 e no 1.º trimestre de 2025, respetivamente. Os sítios de acolhimento e os serviços associados devem ser disponibilizados para um período de vida operacional de, pelo menos, 25 anos.

Até 3 de julho



Propriedade intelectual — novo quadro para patentes essenciais a uma norma

Uma patente que protege uma tecnologia essencial a uma norma denomina-se «patente essencial a uma norma» (PEN). Os titulares de patentes comprometem-se a licenciar as suas PEN aos utilizadores da norma em termos e condições justos, razoáveis e não discriminatórios. No entanto, alguns utilizadores consideraram que o sistema de licenciamento das PEN não é transparente, nem previsível, nem eficiente. Esta iniciativa tem por objetivo criar um quadro de licenciamento justo e equilibrado e poderá combinar medidas legislativas e não legislativas. Comentários [aqui](#).



Revisão da legislação geral da UE em matéria de produtos farmacêuticos

No âmbito da estratégia farmacêutica da UE, e à luz dos ensinamentos retirados da pandemia de COVID-19, a Comissão tenciona avaliar e rever a legislação geral da UE em matéria de medicamentos para uso humano, a fim de assegurar um quadro

regulamentar em matéria de produtos farmacêuticos que possa resistir a crises vindouras e que seja duradouro. Carregamento de comentários [nesta plataforma](#).



Luta contra a corrupção na UE - regras atualizadas

O atual quadro jurídico da UE em matéria de luta contra a corrupção encontra-se desatualizado e incompleto. Esta atualização tornará as regras da UE mais adequadas à sua finalidade, ao incorporar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), entre outros melhoramentos. O objetivo é assegurar que todas as formas de corrupção sejam criminalizadas em todos os países da UE, que as pessoas coletivas também possam ser responsabilizadas por essas infrações, e que estejam previstas sanções efetivas, proporcionadas e dissuasivas para essas infrações. Os contributos podem ser submetidos [aqui](#).

Até 7 de julho



Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia (MPCU) – avaliação

O MPCU foi criado com o objetivo de melhorar os sistemas de prevenção, preparação e resposta a catástrofes naturais e de origem humana de todos os tipos, tanto dentro como fora da UE. A presente iniciativa consiste em avaliar o MPCU, tal como previsto na Decisão 1313/2013/UE, que estipula que a Comissão Europeia deve avaliar a sua execução até 31 de dezembro de 2023. As repostas a esta [consulta pública](#) podem ser carregadas até ao dia 7 de julho.

Até 10 de julho



Política de coesão da UE: oportunidades de formação para estudantes de jornalismo e jovens jornalistas

A Comissão Europeia [lançou](#) um convite à apresentação de propostas para estudantes de jornalismo e jovens jornalistas no contexto da 7.ª edição do “Youth4Regions”. Em outubro de 2023, serão selecionados 37 estudantes de jornalismo e jovens jornalistas para viajar para Bruxelas durante uma semana, para formação, tutoria e trabalho com jornalistas experientes na sala de imprensa, bem como para visitar as instituições da UE e os meios de comunicação social.

As candidaturas são aceites em três categorias (vídeo geral, fotojornalístico e jornalístico) dos Estados-Membros da UE, dos países vizinhos e dos países candidatos. O programa “Youth4Regions” é o programa da Comissão que ajuda os estudantes de jornalismo e os jovens jornalistas a descobrir o que a UE está a fazer na sua região. Desde o seu lançamento, em 2017, mais de 170 pessoas de toda a Europa seguiram o programa. O formulário de candidatura e as condições de participação estão disponíveis [na página Web do programa](#) até 10 de julho.

17 de julho



Combater a pobreza energética para uma transição justa

O Comité Económico e Social Europeu organiza, em Bruxelas, a terceira edição da sua [conferência sobre a pobreza energética](#). Esta iniciativa surge na sequência das conferências do CESE de 2021 e 2022 sobre este importante tema. A conferência, organizada sob os auspícios da Presidência espanhola do Conselho da UE, centrar-se-á na forma de combater a pobreza energética num contexto de crise energética sem precedentes, agravada pela guerra na Ucrânia, que agravou a situação dos cidadãos vulneráveis em risco de pobreza energética.

A conferência pretende analisar as medidas atuais e fazer o balanço das recomendações das conferências anteriores, com o objetivo de desenvolver recomendações para o futuro. Pretende igualmente contribuir para o reforço do diálogo e da cooperação entre as organizações da sociedade e os diferentes níveis de governação.

Até 22 de julho



Luta contra a corrupção na UE - regras atualizadas

O atual quadro jurídico da UE em matéria de luta contra a corrupção encontra-se desatualizado e incompleto. Esta atualização tornará as regras da UE mais adequadas à sua finalidade, ao incorporar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), entre outros melhoramentos.

O objetivo é assegurar que todas as formas de corrupção sejam criminalizadas em todos os países da UE, que as pessoas coletivas também possam ser responsabilizadas por essas infrações, e que estejam previstas sanções efetivas, proporcionadas e dissuasivas para essas infrações. Comentários sobre a proposta de diretiva [aqui](#).

Até 31 de julho



Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia — convite à apresentação de candidaturas

O Parlamento Europeu [lançou](#) oficialmente o convite à apresentação de candidaturas ao Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia. O Prémio recompensa anualmente o jornalismo de excelência que promova ou defenda os princípios e valores fundamentais da União Europeia, tais como a dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de direito e os direitos humanos.

O Prémio está aberto a jornalistas profissionais e equipas de jornalistas profissionais de qualquer nacionalidade, que devem submeter peças aprofundadas que tenham sido publicadas ou transmitidas por meios de comunicação social sediados num dos 27 Estados-Membros da União Europeia. O objetivo é apoiar e destacar a importância do jornalismo profissional na salvaguarda da liberdade e da igualdade. Os jornalistas podem submeter os seus trabalhos através do [site](#) até 31 de julho de 2023, às 12h00 (hora de Bruxelas).



Produtos químicos perigosos — Proibição da produção para exportação de produtos químicos proibidos na União Europeia

A iniciativa legislativa visa introduzir um mecanismo de proibição da produção e/ou exportação de determinados produtos químicos perigosos que estão proibidos na UE, a fim de proteger os países terceiros dos efeitos negativos desses produtos na saúde humana e no ambiente. A iniciativa alinhará ainda as políticas interna e externa da União Europeia e melhorará a posição internacional da UE, reforçando a credibilidade das ações por esta empreendidas e dando cumprimento a um compromisso que a UE assumiu na sua Estratégia para a Sustentabilidade dos Produtos Químicos. A consulta pública será encerrada a 31 de julho. Carregamento de contributos [aqui](#).

Até 2 de agosto



Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 — avaliação intercalar

A Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 visa: incentivar os jovens a participar na vida democrática; apoiar a participação social e cívica; garantir que todos os jovens dispõem dos recursos de que necessitam para desempenhar um papel ativo na sociedade. O objetivo desta iniciativa é avaliar a eficácia e o desempenho globais, a eficiência, a pertinência, a coerência e o valor acrescentado europeu da estratégia. Esta avaliação servirá de base para a revisão intercalar da estratégia pelo Conselho da UE. Contributos podem ser carregados [aqui](#).

Até 4 de agosto



Consulta pública sobre o balanço de qualidade da aplicação do princípio do poluidor-pagador ao ambiente

O princípio do poluidor-pagador [deve](#) ser aplicado nas políticas ambientais da UE, tal como estabelecido no artigo 191.º, n.º 2, da versão consolidada do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. O princípio do poluidor-pagador exige que os poluidores paguem as medidas que tomam para pôr termo à poluição e pela poluição que provocam. A aplicação do princípio constitui um incentivo para evitar danos ambientais na fonte e responsabiliza os poluidores.

O objetivo da presente consulta pública é recolher os pontos de vista das partes interessadas — juntamente com quaisquer elementos que possam fornecer — sobre a aplicação do princípio do poluidor-pagador na UE, o que está a funcionar bem e não tão bem e o valor acrescentado da UE na sua aplicação. Respostas [aqui](#).

Até 8 de setembro



Prémio Apícola Europeu de 2023

Estão abertas as candidaturas ao Prémio Apícola Europeu de 2023. Existem três categorias em concurso, sendo que os incentivos financeiros poderão chegar aos 4 mil euros. Mais informações sobre o processo de candidatura [aqui](#).

Até 13 de setembro



Bolsas de pós-doutoramento MSCA: mais de 260 milhões de euros para investigadores individuais

A Comissão Europeia [lançou](#) um novo convite à apresentação de propostas para 2023 [bolsas de pós-doutoramento](#) no âmbito das Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA). Com um orçamento de 260,5 milhões de EUR, estas subvenções reforçarão o potencial criativo e inovador dos investigadores titulares de um doutoramento que pretendam adquirir novas competências através de formação avançada e mobilidade internacional, interdisciplinar e intersectorial.

O convite permitirá igualmente a organizações de todo o mundo atrair investigadores talentosos, incluindo universidades de topo, centros de investigação, organizações públicas e privadas e médias empresas. O convite à apresentação de propostas terminará em 13 de setembro de 2023 e deverá financiar mais de 1,2 mil projetos.

Até 19 de setembro



Terceiro convite à apresentação de projetos de pequena escala no âmbito do Fundo de Inovação

A Comissão Europeia lançou o [terceiro convite à apresentação de projetos de pequena escala](#) no âmbito do [Fundo de Inovação](#), um dos maiores programas de financiamento a nível mundial para a implantação de tecnologias hipocarbónicas inovadoras.

O novo convite à apresentação de projetos disponibilizará 100 milhões de euros em subvenções a favor de projetos de pequena escala com uma despesa de capital situada entre 2,5 e 7,5 milhões de euros nos domínios das energias renováveis, da descarbonização das indústrias com utilização intensiva de energia, do armazenamento de energia e da captura, utilização e armazenamento de carbono.

Até 26 de setembro



Programa Europa Digital – 122 milhões de euros em tecnologias e competências digitais

Dos 122 milhões de euros, 31 milhões apoiarão projetos no domínio dos dados, com investimentos no projeto [Genoma Europa](#) para a criação duma base de dados europeia de referência sobre o genoma, que promoverá avanços radicais na investigação, inovação, prevenção de doenças e prestação de cuidados de saúde. 25 milhões de euros serão dedicados às infraestruturas e serviços de computação periférica e em nuvem da próxima geração. 18 milhões serão dedicados à inteligência artificial e 16 milhões à promoção de competências digitais avançadas. O prazo para a apresentação de candidaturas é 26 de setembro de 2023 e as informações relativas às candidaturas estão [disponíveis em linha](#). Outros convites à apresentação de propostas no âmbito do programa de trabalho para 2023-2024 serão publicados no final de maio e ao longo do corrente ano. O programa de trabalho para 2023-2024 dispõe de um orçamento total de 909,5 milhões de euros, dos quais 392 milhões serão afetados a ações em 2023

Até 5 de outubro



Política de Coesão da UE: convite à apresentação de projetos de inovação urbana no valor de 120 milhões de euros

A política de coesão da UE ajuda a inovar as nossas cidades. A [Iniciativa Urbana Europeia](#) (IUE) [lançou](#) um segundo convite à apresentação de propostas no valor de 120 milhões de euros para projetos inovadores que desenvolvam e testem novas soluções para enfrentar os atuais desafios urbanos.

O convite premiará projetos que desencadeiem uma verdadeira transformação nas cidades, gerem investimentos e inspirem outros. O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) financiará 80% do custo dos projetos selecionados. Cada projeto pode receber até 5 milhões de euros. Parte deste financiamento apoiará a transferência de soluções inovadoras para outras cidades da Europa, a fim de garantir um impacto ainda maior, especialmente nas cidades e regiões que mais necessitam de uma transformação urbana sustentável. Para tal, as autoridades urbanas apoiadas estabelecerão parcerias de transferência com três outras cidades para reproduzir os projetos.

O convite está aberto a todas as cidades da UE, individualmente ou em grupo. Os candidatos interessados são convidados a inscrever-se nos seminários de informação e noutras reuniões previstas para as próximas semanas. Os pormenores estarão disponíveis no sítio *Web* da EUI. O prazo para apresentação de candidaturas é 5 de outubro de 2023.

Até 17 de outubro



Comissão lança convites à apresentação de propostas no valor de 122 milhões de euros para colmatar as lacunas de inovação na UE e reforçar os ecossistemas de inovação

A Comissão Europeia [disponibilizou](#) 122 milhões de euros no âmbito da iniciativa [Ecossistemas Europeus de Inovação](#) do programa Horizonte Europa e do [Instrumento de Investimento Inter-regional para a Inovação](#) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Estes convites à apresentação de propostas têm por objetivo reforçar e fazer progredir os

ecossistemas europeus de inovação, ligando todos os territórios da UE para dar resposta aos desafios sociais e promover uma coesão mais forte. Contribuem igualmente para uma iniciativa fundamental da "Nova Agenda Europeia da Inovação", que tem por objetivo promover "[vales de inovação regionais](#)" interligados em toda a UE. As candidaturas estão abertas [aqui](#) até 17 de outubro de 2023. Para mais informações, clique [aqui](#).



UE prorroga benefícios comerciais a favor da Ucrânia

A suspensão dos direitos de importação, dos contingentes pautais e das medidas de defesa comercial aplicáveis às exportações ucranianas para a União Europeia — conhecidas como medidas comerciais autónomas (MCA) — [mantêm-se](#) em vigor por mais um ano. Este forte testemunho do apoio inabalável da UE à Ucrânia ajudará a atenuar a difícil situação enfrentada pelos produtores e exportadores ucranianos causada pela agressão militar não provocada e injustificada da Rússia.

A UE está a eliminar progressivamente, até 15 de setembro de 2023, as medidas preventivas excecionais e temporárias adotadas em 2 de maio de 2023 sobre as importações de trigo, milho, colza e sementes de girassol provenientes da Ucrânia ao abrigo da salvaguarda excecional prevista no regulamento [medidas comerciais autónomas](#). O âmbito de aplicação destas medidas é ainda reduzido de 17 para 6 posições pautais para os 4 produtos abrangidos. Estas medidas temporárias e específicas foram adotadas devido a estrangulamentos logísticos relacionados com estes produtos na Bulgária, na Hungria, na Polónia, na Roménia e na Eslováquia, e na condição de os Estados-Membros não manterem quaisquer medidas restritivas. A eliminação progressiva permitirá introduzir melhorias significativas nos corredores solidários e dar resposta aos desafios que, para a atual colheita, se colocam à saída dos cereais ucranianos do país. Em vigor desde 4 de junho de 2022, as MCA para liberalizar o comércio com a Ucrânia têm tido um efeito positivo nas trocas comerciais da Ucrânia com a UE. Juntamente com os corredores solidários, as MCA permitiram preservar os fluxos comerciais da Ucrânia para a UE em 2022, apesar das perturbações causadas pela guerra e da tendência de uma forte diminuição do comércio da Ucrânia em geral.

De natureza unilateral e temporária, as MCA alargam significativamente o âmbito da liberalização pautal no âmbito da Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado UE-Ucrânia, suspendendo todos os direitos e contingentes pautais pendentes, bem como os direitos anti-dumping e as medidas de salvaguarda sobre as importações ucranianas, num momento de crise para a Ucrânia. As medidas dizem respeito apenas a quatro produtos agrícolas — trigo, milho, colza e sementes de girassol — originários da Ucrânia. Estas medidas excecionais são mais orientadas em termos de âmbito de aplicação e não serão aplicáveis às sementes para sementeira. ao longo deste período, estes produtos podem continuar a ser introduzidos em livre prática em todos os Estados-Membros da União Europeia, com exceção da Bulgária, da Hungria, da Polónia, da Roménia e da Eslováquia. Os produtos podem continuar a circular ou a transitar nestes cinco Estados-Membros, ou através deles, ao abrigo de um regime de trânsito aduaneiro comum, ou prosseguir viagem para um país ou território fora da UE.

Alimentos biológicos para animais de companhia: Conselho e Parlamento chegam a acordo sobre novas regras de rotulagem

Ao abrigo do novo regulamento, os alimentos para animais de companhia [serão](#) elegíveis para o logótipo de produção biológica da UE se 95% dos seus ingredientes agrícolas forem biológicos, em conformidade com as normas aplicadas aos alimentos destinados ao consumo humano. As novas regras mantêm os elevados padrões da UE para os produtos biológicos, assegurando simultaneamente que os produtores de alimentos para animais de companhia não sejam impedidos de utilizar o rótulo biológico devido a critérios excessivamente rigorosos.

O regulamento também facilita aos consumidores a identificação dos ingredientes biológicos nos alimentos para animais de companhia que compram. Isto inclui ingredientes agrícolas em alimentos para animais de companhia que contêm maioritariamente produtos provenientes da caça e da pesca. O acordo resolve uma questão que existe desde o início de 2022, quando entraram em vigor novos

critérios a nível da UE que exigiam que os ingredientes agrícolas dos alimentos transformados para animais fossem 100% biológicos para poderem beneficiar do rótulo biológico. Para muitos produtores de alimentos para animais de companhia, este requisito era impossível de satisfazer devido à falta de disponibilidade de ingredientes biológicos adequados.



Ambiente

Pacto Ecológico Europeu: Conselho acorda em que as instalações industriais forneçam melhores dados sobre as suas emissões para o ambiente

O Conselho [chegou](#) a acordo sobre o mandato de negociação respeitante a uma proposta de regulamento relativo à comunicação de dados ambientais de instalações industriais e à criação de um Portal das Emissões Industriais. A proposta visa atualizar o Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes (RETP) existente, a fim de criar um portal mais abrangente e integrado das emissões industriais.

O principal objetivo da revisão é avançar no sentido de concretizar a ambição de poluição zero prevista no Pacto Ecológico, facultando ao público o acesso a um conjunto de dados mais integrado e coerente sobre as principais emissões para o ambiente geradas por instalações industriais. O mandato de negociação servirá de base para o Conselho negociar a versão final da legislação com o Parlamento Europeu.

Economia circular: Comissão recomenda ações para impulsionar a reciclagem em 18 Estados-Membros, incluindo Portugal

Num [relatório publicado](#) esta quinta-feira, a Comissão Europeia [identifica](#) os Estados-Membros em risco de não cumprirem as metas, fixadas para 2025, de preparação para a reutilização, de reciclagem de resíduos urbanos e de reciclagem de todos os resíduos de embalagens, bem como a meta de deposição em aterro para 2035. Nove Estados-Membros estão no bom caminho para cumprir as metas fixadas para 2025: Bélgica, Chéquia, Dinamarca, Alemanha, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria e Eslovénia.

No entanto, 18 Estados-Membros correm o risco de não cumprir uma ou mais metas fixadas para 2025. A Estónia, a Irlanda, a Espanha, a França, a Letónia, **Portugal**, a Finlândia e a Suécia correm o risco de não cumprir a meta de resíduos urbanos. A Bulgária, a Grécia, a Croácia, Chipre, a Lituânia, a Hungria, Malta, a Polónia, a Roménia e a Eslováquia correm o risco de não cumprir as metas de resíduos urbanos nem as metas de resíduos de embalagens para 2025. Alguns países continuam também a depositar em aterro a maior parte dos seus resíduos urbanos e provavelmente não cumprirão a meta de deposição em aterro para 2035. A Comissão apresenta recomendações a estes Estados-Membros, que complementam o apoio financeiro e técnico contínuo prestado para melhorar o desempenho em matéria de gestão de resíduos.

O «relatório de alerta precoce» avalia a probabilidade de os Estados-Membros cumprirem as metas de reciclagem fixadas para 2025 na [Diretiva-Quadro Resíduos](#) e na [Diretiva Embalagens e Resíduos de Embalagens](#): 55 % de reciclagem e preparação para a reutilização de resíduos urbanos; 65 % de reciclagem para o total de resíduos de embalagens; metas de reciclagem de resíduos de embalagens específicos para cada material (75 % para o papel e o cartão, 70 % para o vidro, 70 % para as embalagens de metais ferrosos, 50 % para o alumínio, 50 % para o plástico e 25 % para a madeira). O relatório apresenta igualmente uma avaliação preliminar da meta de reduzir a deposição de resíduos urbanos em aterro para menos de 10 % até 2035.

Juntamente com os resíduos de embalagens, a gestão dos biorresíduos surge como um dos principais problemas identificados como prejudicando o desempenho da reciclagem, embora a obrigação de recolha seletiva de biorresíduos seja aplicável a partir de 1 de janeiro de 2024. O relatório de alerta precoce baseia-se no reexame da aplicação da política ambiental, que já tinha revelado questões relacionadas com a aplicação da legislação da UE em matéria de resíduos. Nomeadamente, cerca de 2 000 aterros ilegais ou não conformes com as normas ainda estão a funcionar na UE: uma fonte considerável de poluição e de gases com efeito de estufa e uma oportunidade perdida de recuperação de matérias-primas secundárias.

Fundo de Modernização da UE investe 2,4 mil milhões de euros para acelerar a transição ecológica em sete países da UE

O Fundo de Modernização da União Europeia [desembolsou](#) 2,4 mil milhões de euros para 31 projetos em sete países beneficiários, a fim de ajudar a modernizar os seus sistemas energéticos, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa nos setores da energia, da indústria e dos transportes e melhorar a eficiência energética. Trata-se do maior desembolso conjunto efetuado até à data e dará um impulso à transição ecológica da Europa. Estes investimentos ajudam os Estados-Membros a reduzir a dependência dos combustíveis fósseis russos, a cumprir os seus objetivos climáticos e energéticos para 2030 e a contribuir para o compromisso a longo prazo da UE de alcançar a neutralidade climática até 2050.

Graças às receitas do Sistema Europeu de Comércio de Licenças de Emissão, foram feitos investimentos adicionais na Roménia (1,1 mil milhões de euros), na Chéquia (mil milhões de euros), na Bulgária (197 milhões de euros), na Polónia (47 milhões de euros), na Croácia (88 milhões de euros), na Letónia (5 milhões de euros) e na Lituânia (1 milhão de euros). Os montantes desembolsados elevam o total dos desembolsos do Fundo de Modernização desde janeiro de 2021 para cerca de 7,5 mil milhões de euros, beneficiando 10 Estados-Membros elegíveis. Os projetos apoiados centram-se na produção de eletricidade renovável, na modernização das redes de energia e na eficiência energética.

“Os ODS e eu”: Ação climática

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável "Ação Climática" (ODS 13) [visa](#) alcançar um mundo com impacto neutro no clima até meados do século e limitar o aquecimento global a menos de 2°C - com uma meta de 1,5°C - em comparação com a era pré-industrial. O objetivo é reforçar a resiliência climática e a capacidade de adaptação dos países, com especial destaque para o apoio aos países menos desenvolvidos.

O acompanhamento do ODS 13 no contexto da UE centra-se nos progressos realizados nos esforços de atenuação das alterações climáticas e de adaptação às mesmas, na redução dos impactos climáticos e no financiamento da ação climática. A UE estabeleceu na legislação o objetivo de alcançar a neutralidade climática sem emissões líquidas de gases com efeito de estufa (GEE) até 2050. Isto significa reduzir tanto quanto possível as emissões de gases com efeito de estufa, compensando simultaneamente as emissões residuais através da remoção de dióxido de carbono (CO₂), por exemplo, através de sumidouros naturais de carbono e da utilização de tecnologias de remoção de carbono. Para atingir o objetivo de 2050, a UE comprometeu-se a reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 55% até 2030, em comparação com os níveis de 1990.



Coesão e Solidariedade Interna da UE

NextGenerationEU: Espanha apresenta pedido de revisão do Plano de Recuperação e Resiliência e acrescenta capítulo REPowerEU

A Espanha [apresentou](#) um pedido à Comissão para alterar o seu Plano de Recuperação e Resiliência, ao qual pretende acrescentar um capítulo *REPowerEU*. As alterações globais propostas pela Espanha acrescentariam 18 reformas e 25 investimentos novos ou reforçados, e ascenderiam a mais de 95 mil milhões de euros de financiamento adicional do MRR. As reformas propostas incluem medidas para reforçar o ambiente empresarial e atrair trabalhadores qualificados, abordar a sustentabilidade do setor agrícola, promover a economia circular e combater a desertificação, reforçar a governação da segurança digital, promover a oferta de habitação, simplificar os procedimentos de licenciamento para projetos de energias renováveis e reformar o mecanismo regulado de preços da eletricidade a retalho.

Os investimentos propostos abrangem 66 mil milhões de euros de novos instrumentos financeiros para promover os investimentos na economia, nomeadamente para apoiar a competitividade das PME e as transições ecológica e digital. Abrangem também 28 mil milhões de euros para continuar a apoiar os projetos industriais estratégicos (os chamados "PERTE") já delineados no plano original, dos quais 8 mil milhões de euros para cumprir os objetivos do *REPowerEU*.

O pedido da Espanha para alterar o seu plano baseia-se no seu pedido de utilização dos 84 mil milhões de euros de empréstimos disponíveis. Foi também incluído um capítulo do *REPowerEU*, que abrange tanto as reformas como os investimentos, com o objetivo de continuar a afastar o país dos combustíveis fósseis russos. Este montante ascende a mais de 8 mil milhões de euros, abrangendo mais de 5 mil milhões de euros em *REPowerEU* e subvenções adicionais, quase 3 mil milhões de euros em empréstimos da dotação existente e uma transferência de 58 milhões de euros da parte de Espanha da Reserva de Ajustamento ao Brexit.

As alterações propostas às medidas do plano original têm em conta os efeitos das perturbações na cadeia de abastecimento e a inflação muito elevada registada em 2022. Seguem também a revisão em alta da dotação de subvenções do MRR de Espanha, de 69,6 mil milhões de euros para 77,2 mil milhões de euros, o que representa um aumento de cerca de 7,6 mil milhões de euros. Esta revisão fez parte da atualização de junho de 2022 da chave de repartição das subvenções do MRR. Todas estas alterações fazem com que o plano modificado apresentado valha cerca de 164 mil milhões de euros.



Defesa e Segurança

Conselho promete uma melhor preparação da proteção civil contra as ameaças químicas, biológicas, radiológicas e nucleares

O Conselho [aprovou](#) as conclusões sobre o reforço da resiliência de toda a sociedade no contexto da proteção civil, incluindo a preparação para as ameaças químicas, biológicas, radiológicas e nucleares. À luz do número crescente de crises complexas e de longa duração que a Europa enfrenta - desde a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e os terremotos até à COVID-19 e aos incêndios florestais - é necessário reforçar a resiliência da UE. Para tal, é necessária uma abordagem coletiva, que envolva toda a sociedade, com a participação dos atores da sociedade, dos cidadãos e do setor privado.

Mecanismo Europeu de Apoio à Paz: Conselho adota duas medidas de assistência para apoiar as Forças Armadas da Nigéria

O Conselho [adotou](#) uma medida de assistência ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, no valor de 4,7 milhões de euros, para apoiar as Forças Armadas da Nigéria com equipamento militar. A medida de assistência reforçará as capacidades operacionais das Forças Armadas do Níger, facilitando a mobilidade, a presença e a segurança das forças terrestres nas zonas mais inseguras através de um apoio mais eficaz da força aérea. Esta medida reforçará a capacidade do Níger para defender a sua integridade territorial e soberania e para proteger melhor a população civil contra a crescente ameaça terrorista.

O Conselho adotou igualmente outra medida de assistência no valor de 297 mil euros para financiar atividades adicionais que complementem o fornecimento de equipamento militar às Forças Armadas do Níger, assegurando a sua utilização, manutenção, armazenamento e monitorização adequados. Com estas medidas de assistência, a UE continua a honrar os seus compromissos no

âmbito da Estratégia Integrada da UE para o Sael, da Parceria para a Segurança e a Estabilidade no Sael (P3S), bem como do Roteiro da Coligação Internacional para o Sael.



Orçamento da UE para 2024: Permitir que a Europa cumpra as suas prioridades

A Comissão Europeia [propôs](#) um orçamento anual da UE para 2024 no valor de 189,3 mil milhões de euros. O orçamento será complementado por cerca de 113 mil milhões de euros em pagamentos para subvenções ao abrigo do NextGenerationEU, o instrumento de recuperação pós-pandemia da UE. Juntos, continuarão a impulsionar a recuperação económica da Europa e a criar emprego, reforçando simultaneamente a autonomia estratégica europeia.

A UE enfrentou desafios excecionais nos últimos anos, incluindo o rápido aumento da inflação, que exerceram uma pressão considerável sobre a capacidade do orçamento para dar resposta aos novos desenvolvimentos. No entanto, o projeto de orçamento para 2024 continua a providenciar o financiamento necessário para as prioridades políticas da UE, tal como previsto. As despesas ecológicas e digitais continuarão a ser prioritárias, com vista a tornar a Europa mais resiliente e preparada para o futuro.

O projeto de orçamento para 2024 orienta os fundos para os setores onde surtirão maior impacto, em função das necessidades mais prementes para assegurar a recuperação dos Estados-Membros da UE e dos nossos parceiros em todo o mundo. O financiamento contribuirá para modernizar e reforçar a nossa União, fomentando as transições ecológica e digital, criando postos de trabalho e reforçando o papel da Europa no mundo.

A Comissão continuará a apoiar a Ucrânia o tempo que for preciso. Na sequência da guerra de agressão da Rússia contra o país, o orçamento da UE foi plenamente mobilizado para apoiar a Ucrânia e os Estados-Membros da UE que acolhem refugiados, tendo sido esgotada a capacidade disponível. A Comissão avaliará o apoio futuro à Ucrânia no contexto da próxima revisão do seu orçamento de longo prazo para 2021-2027.

Dinheiro de origem criminosa: Conselho e Parlamento Europeu chegam a acordo sobre o acesso às informações financeiras

A Presidência do Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre uma proposta legislativa da UE destinada a acelerar e a facilitar o acesso das autoridades nacionais às informações financeiras. O acesso às informações financeiras é um instrumento importante nas investigações financeiras e nos esforços envidados para detetar e confiscar os produtos do crime. Para cumprirem uma diretiva sobre o branqueamento de capitais que está em vias de adoção, os países da UE terão de disponibilizar informações provenientes dos registos centralizados de contas bancárias através de um ponto de acesso único.

Os registos centralizados de contas bancárias contêm dados sobre a identidade dos titulares e a localização de cada conta bancária. Graças ao acordo, não só as unidades nacionais de informação financeira (UIF) mas também as autoridades nacionais que lidam com infrações penais terão acesso a estes registos através do ponto de acesso único, o que ajudará consideravelmente as autoridades responsáveis pela aplicação da lei e as autoridades judiciais a combater as infrações penais, uma vez que atualmente têm de recolher as referidas informações através dos canais regulares de cooperação transfronteiriça. O Parlamento Europeu concordou com a proposta do Conselho no sentido de exigir que as instituições financeiras partilhem registos de transações (ou seja, extratos bancários) num formato harmonizado quando essa partilha é feita no âmbito de uma investigação. Um formato harmonizado ajudará consideravelmente e tornará mais expedito o trabalho dos serviços responsáveis pela aplicação da lei.

A proposta de revisão da diretiva da UE relativa ao branqueamento de capitais prevê que as autoridades responsáveis pela aplicação da lei possam aceder aos registos de contas bancárias e neles efetuar pesquisas através de um ponto de acesso único. Uma vez que a nova diretiva relativa ao branqueamento de capitais só facultará o acesso ao ponto de acesso único às unidades de informação financeira (UIF) – o organismo nacional que recolhe informações sobre atividades financeiras suspeitas ou invulgares –, esta diretiva era necessária para garantir o mesmo acesso às autoridades responsáveis pela aplicação da lei.

O acordo terá de ser aprovado pelos representantes dos Estados-Membros antes de ser adotado pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu. A adoção ocorrerá a par da adoção de outros instrumentos legislativos conexos no domínio da luta contra o branqueamento de capitais, que estão atualmente também a ser negociados. Em aplicação do Protocolo n.º 22 anexo aos Tratados, a Dinamarca não participa na adoção da medida proposta.

Conselho e Parlamento chegam a acordo político provisório sobre contratos de serviços financeiros celebrados à distância

O Conselho e o Parlamento [chegaram](#) a um acordo político provisório sobre a diretiva relativa aos contratos de serviços financeiros celebrados à distância. O texto acordado simplifica a legislação existente, aumenta a proteção dos consumidores e cria condições equitativas para os serviços financeiros celebrados em linha, por telefone ou através de outras formas de comercialização à distância.

O acordo político clarifica o âmbito de aplicação e a característica de rede de segurança da diretiva, em especial para os serviços financeiros que estão excluídos de outra legislação sectorial ou apenas parcialmente abrangidos por ela. O acordo melhora as regras relativas à divulgação de informações e visa modernizar as obrigações de informação pré-contratual, mantendo a possibilidade dos Estados-Membros imporem regras nacionais mais rigorosas neste domínio, evitando assim qualquer risco de redução do nível de

proteção dos consumidores. Quando o comerciante utiliza ferramentas em linha, como “robo-advice” ou os *chatbots*, o consumidor terá o direito de solicitar a intervenção humana, a fim de compreender melhor os efeitos do contrato na sua situação financeira.

Instrumento de Emergência do Mercado Único Conselho adota a sua posição de negociação

O Conselho [adotou](#) a sua posição de negociação sobre a proposta de Instrumento de Emergência do Mercado Único (IEMU). O IEMU destina-se a prever, preparar e dar resposta aos impactos das crises. Baseia-se nos ensinamentos retirados de emergências recentes, e monitoriza continuamente potenciais crises futuras ativando o modo de vigilância ou de emergência sempre que uma ameaça se torne evidente e criando uma arquitetura de governação que permita aos Estados-Membros coordenarem a tomada de decisões.



Eleições Europeias

Eurobarómetro: a um ano das eleições europeias, os cidadãos sabem o impacto da União Europeia nas suas vidas

O Parlamento Europeu publicou, esta terça-feira, um novo [inquérito Eurobarómetro](#), em que se destaca o apoio dos cidadãos à democracia e a sensibilização para as próximas eleições europeias. A um ano das próximas eleições europeias, o interesse público [aumentou](#) consideravelmente. Uma clara maioria dos cidadãos europeus (56%) está interessada nas próximas eleições - mais 6 pontos percentuais do que em 2018 num período homólogo. Em Portugal, 62% dos inquiridos diz que se as eleições decorressem na próxima semana, seria provável deslocarem-se às urnas, mas 59% revelam ainda não saber quando o devem efetivamente fazer.

A nível europeu, são cerca de dois terços (67%) os que afirmam que provavelmente votariam se as eleições se realizassem no espaço de uma semana. Uma questão semelhante foi colocada no inquérito Eurobarómetro do Parlamento Europeu em abril de 2018, quando 58% afirmaram essa probabilidade. Tal indica que os cidadãos estão mais sensibilizados para votar nas eleições europeias de 2024, em comparação com igual momento no período que antecedeu as eleições de 2019. A [presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, reagiu aos resultados do inquérito](#): “As eleições importam. Votar é a oportunidade para defendermos os assuntos que são importantes para nós. Apelo a todos, em especial aos nossos jovens, que votem e moldem a União Europeia em que querem viver”.

Sendo as eleições fundamentais para todas as democracias, os cidadãos europeus consideram a democracia o valor mais importante a defender pelo Parlamento Europeu: 37% dos inquiridos consideram a defesa da democracia uma prioridade, seguida da proteção dos direitos humanos na UE e no mundo (28%), bem como da liberdade de expressão e de pensamento (27%). Em Portugal, a democracia continua a ser o valor a destacar (35%), mas é a solidariedade entre Estados-Membros e regiões (32%) e a proteção dos direitos humanos (31%) que vem a seguir.

Mais de metade dos inquiridos (54% dos europeus e 67% dos portugueses) estão satisfeitos com o funcionamento da democracia na UE Europeia. Analisando vários elementos democráticos, a média europeia indica que os cidadãos estão mais satisfeitos com a realização de eleições livres e justas (70%), a liberdade de expressão (70%) e o respeito pelos direitos fundamentais (66%). Ao mesmo tempo estão menos satisfeitos com a luta contra a corrupção (60%) e desinformação (52%). Afunilando para o caso português, apesar de as eleições livres e justas (85%) e a liberdade de expressão (80%) apresentarem-se igualmente entre os níveis de satisfação mais elevados, 83% portugueses considera ainda satisfatória a diversidade dos media na UE. Considerando aquilo com o que estão menos satisfeitos, a luta contra a corrupção entra na equação de 67% dos portugueses e 54% está insatisfeito com os partidos políticos. Quanto à luta contra a desinformação, ao contrário da média europeia, os portugueses mostram-se maioritariamente satisfeitos (54%).



Emprego e Demografia

Pacto para as Competências já ajudou dois milhões de pessoas em toda a Europa

Os resultados do [inquérito anual](#) do Pacto para as Competências mostram que o [Pacto para as Competências da UE](#) ajudou significativamente as empresas e os trabalhadores de toda a Europa a promover a formação no domínio das competências. De acordo com o inquérito, 2 milhões de pessoas beneficiaram de atividades de melhoria de competências e de requalificação no âmbito do Pacto. Foram atualizados ou desenvolvidos 15 500 programas de formação e os membros do Pacto investiram 160 milhões de euros em iniciativas em matéria de competências. Trata-se de um contributo importante para o [Ano Europeu das Competências](#). Mais informações no [comunicado de imprensa](#).



Energia

Emissões de CO2 provenientes da utilização de energia no território da UE: -2.8%

De acordo com as estimativas do Eurostat, em 2022, as emissões de dióxido de carbono (CO2) da UE provenientes da combustão de combustíveis fósseis (petróleo e produtos petrolíferos, gás natural, carvão e turfa) para utilização energética no território da UE [atingiram](#) quase 2,4 Gigatoneladas (Gt), o que indica uma diminuição de 2,8% em comparação com o ano anterior. As emissões de CO2 provenientes da utilização de energia são um dos principais fatores que contribuem para o aquecimento global e representam cerca

de 75% de todas as emissões de gases com efeito de estufa produzidas pelo homem na UE. A combinação de combustíveis, os padrões de habitação, o crescimento económico, a dimensão da população e as atividades industriais e de transporte são alguns dos fatores que influenciam as emissões de CO2 provenientes da utilização de energia.

As emissões de CO2 são emitidas aquando da combustão de combustíveis fósseis. Por exemplo, a utilização de gás natural importado para a produção de eletricidade conduz a um aumento das emissões no país que importou o gás. Em contrapartida, as importações de eletricidade não afetam as emissões do país, uma vez que estas são registadas no país onde a eletricidade foi produzida. Uma análise mais aprofundada deve ter em conta todas as importações e exportações de diferentes produtos energéticos primários e derivados, produtos de base com emissões incorporadas (como o ferro e o aço), bem como, no caso dos transportes, o turismo de combustível (ou seja, abastecer um veículo num país, mas consumir esse combustível noutro país).

Em 2022, as emissões de CO2 resultantes da utilização territorial de energia diminuíram em 17 países da UE. A maior diminuição foi registada nos Países Baixos (-12,8%), seguida do Luxemburgo (-12%), da Bélgica (-9,7%) e da Hungria (-8,6%). Por outro lado, a Bulgária registou o maior aumento das emissões de CO2 (+12%), seguida de Portugal (+9,9%) e Malta (+4,1%). Os dados mostram que a Alemanha, por si só, é responsável por um quarto das emissões totais de CO2 da UE resultantes da combustão de combustíveis fósseis para utilização energética. A Itália e a Polónia (cada uma com 12,4%), e a França (10,7%) vêm a seguir na lista dos maiores emissores de CO2 da UE em 2022.

Em 2022, os dados agregados mostram que as emissões de CO2 provenientes de combustíveis fósseis sólidos (carvão e xisto betuminoso, excluindo a turfa) aumentaram ligeiramente a nível da UE (+3 pontos percentuais; pp.), enquanto as emissões de petróleo e produtos petrolíferos permaneceram aproximadamente ao mesmo nível que em 2021 (+1 pp.). Por outro lado, as emissões de CO2 provenientes do gás natural diminuíram significativamente (-13 pontos percentuais), refletindo, entre outros aspetos, os esforços envidados pelos países da UE para atingir o objetivo voluntário de redução da procura de gás introduzido em agosto de 2022.



Espaço

Açores integram projeto europeu SATSDIFACTION

A Região Autónoma dos Açores, através do Gabinete do subsecretário regional da Presidência / Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço (EMA-Espaço), e da sua representação na NEREUS (Network of European Regions Using Space Technologies), [integra](#), o projeto SATSDIFACTION - *SATellite data and Spatial Data InFrAstrUCtures for an evidence-based regiONal governance*, cofinanciado pelo programa *Interreg Europe*.

Este projeto, que teve início em março de 2023 e se prolonga até maio de 2027, tem por objetivo promover a partilha de experiências e a transferência de conhecimento no domínio da utilização de dados de satélite em infraestruturas de dados espaciais, ao nível local e regional, como meio para a melhoria da implementação de políticas públicas regionais. Além dos Açores, os parceiros deste consórcio são as regiões europeias de Veneto (Itália), Basilicata (Itália), Podkarpacie (Polónia) e Occitanie (França), o Município de Riga (Letónia) e ainda o *ISSeP* (Bélgica) e a *NEREUS Asbl* (Bélgica).

A participação da Região como entidade parceira do SATSDIFACTION, conta com diversas partes interessadas regionais, nomeadamente a Secretaria Regional dos Transportes, Mobilidade e Infraestruturas (Direção Regional da Energia), a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos) e a Universidade dos Açores. O primeiro encontro deste projeto, denominado "SATSDIFACTION Kick-off meeting and First Learning Deep Dive", decorre em Veneza (Itália) de 28 a 30 de junho próximo.



Estado de Direito

Organismo de ética da UE: Comissão propõe a criação de normas éticas comuns para todas as instituições da UE

A Comissão Europeia [adotou](#) uma proposta de criação de um organismo de ética interinstitucional que vise os membros das instituições da UE, como anunciado no início do mandato de Ursula von der Leyen, e na sequência de consultas informais com as demais instituições. A criação do organismo de ética permite dispor, pela primeira vez, de normas comuns para a conduta ética dos membros e de um mecanismo formal de coordenação e intercâmbio de pontos de vista sobre os requisitos éticos entre as instituições. Graças a estas mudanças, os políticos da UE ficarão sujeitos a normas comuns, claras, transparentes e compreensíveis.

Embora os Tratados estabeleçam as regras gerais e os princípios de conduta, a maioria das instituições define disposições pormenorizadas a esse respeito no respetivo regimento ou código de conduta. Esta situação resultou na fragmentação dos quadros deontológicos das instituições, sendo as regras complexas e dispersas. Se é possível atribuir algumas diferenças aos papéis diferentes de cada instituição e aos diferentes riscos inerentes à especificidade das suas funções, também se tornou claro que é necessária uma cultura deontológica comum, assente em normas rigorosas comuns e na cooperação entre as instituições. Uma vez adotado, o organismo de ética colmatará esta lacuna, fornecendo às instituições da UE normas éticas comuns e claras.

A Comissão convidará todas as instituições e órgãos consultivos para uma reunião em Bruxelas no dia 3 de julho, a fim de dar início ao diálogo interinstitucional e às negociações. A Comissão adotou a presente proposta de acordo entre as instituições e os dois órgãos consultivos mencionados no artigo 13.º do Tratado da União Europeia (TUE). A presente proposta será, pois, transmitida ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Tribunal de Justiça da União Europeia, ao Banco Central Europeu, ao Tribunal de Contas Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões. A seu pedido, o Banco Europeu de Investimento e outros organismos também poderão vir a tornar-se Partes no referido acordo após a sua entrada em vigor.

Painel de Avaliação da Justiça na UE de 2023: a eficácia dos sistemas judiciais da UE melhorou, mas continua a haver desafios à percepção da independência judicial

A Comissão Europeia [publicou](#) a 11.ª edição do [Painel de Avaliação da Justiça na UE](#), uma panorâmica anual que fornece dados comparativos sobre a eficiência, a qualidade e a independência dos sistemas judiciais nos Estados-Membros da UE. O Painel de Avaliação deste ano inclui dados relativos a 16 novos domínios, por exemplo, sobre a forma como as autoridades nacionais lidam com a corrupção, sobre a duração dos processos relacionados com casos de suborno e sobre as disposições específicas que facilitam a igualdade de acesso à justiça para os idosos, as vítimas de violência baseada no género e de violência doméstica e as pessoas geralmente em risco de discriminação. A edição de 2023 inclui igualmente, pela primeira vez, dados específicos sobre os salários dos juizes e procuradores, sobre a nomeação de presidentes e procuradores-gerais do Supremo Tribunal e sobre as mais altas instâncias em exercício de jurisdições constitucionais, entre outros.

Violações dos direitos humanos na Rússia: UE inclui na lista pessoas responsáveis pela condenação e tratamento degradante de Vladimir Kara-Murza

O Conselho [impôs](#) medidas restritivas contra nove pessoas no âmbito do regime global de sanções em matéria de direitos humanos, na sequência da condenação de Vladimir Kara-Murza, político da oposição russa, ativista pró-democracia e crítico declarado do Kremlin, a 25 anos de prisão por motivações políticas e com base em falsas alegações. A UE condena veementemente a sentença e apela à Rússia para que liberte imediata e incondicionalmente Vladimir Kara-Murza e todas as pessoas detidas por motivações políticas.

Entre as pessoas incluídas na lista contam-se o vice-ministro da Justiça da Federação da Rússia, responsável pela aplicação da legislação relativa aos "agentes estrangeiros", que tem estado no centro de uma vaga de leis repressivas que reprimem a sociedade independente, os meios de comunicação social e os dissidentes. Estão também incluídos juizes e outros elementos do poder judicial, bem como um alto funcionário do sistema prisional russo, responsável pelo tratamento degradante que conduziu a uma deterioração considerável do estado de saúde de Vladimir Kara-Murza.

As medidas restritivas da UE no âmbito do regime global de sanções em matéria de direitos humanos aplicam-se agora a um total de 43 pessoas e 15 entidades. As pessoas e entidades designadas estão sujeitas ao congelamento de bens. Além disso, os cidadãos e as empresas da UE ficam proibidos de disponibilizar fundos a essas pessoas e entidades. As pessoas singulares estão ainda sujeitas a uma proibição de viajar, o que as impede de entrar no território da UE ou de por ele transitar.

Sanções da UE: Conselho define a sua posição em relação à harmonização das sanções aplicáveis às infrações

O Conselho [definiu](#) a sua posição de negociação (orientação geral) para uma legislação que introduz infrações penais e sanções para a violação das sanções da UE. Esta diretiva, quando adotada, será um instrumento importante para garantir que a violação das sanções não seja compensadora. O projeto de ato legislativo define a conduta que os Estados-Membros terão de criminalizar. Entre as ações que os Estados-Membros considerarão como infrações penais incluem-se: ajudar pessoas sujeitas a medidas restritivas da União a contornar uma proibição de viagem da UE, comercializar bens sancionados e efetuar transações com Estados ou entidades que sejam afetados por medidas restritivas da UE.

Estado de Direito: Comissão lança processo por infração contra a Polónia por violação da legislação da UE com a nova lei que cria um comité especial

A Comissão Europeia [lançou](#) um [processo de infração](#) enviando uma carta de notificação formal à Polónia por violações da legislação da UE. Esta decisão segue uma avaliação minuciosa pela Comissão da nova lei na Polónia sobre o Comité Nacional para a análise da influência russa na segurança interna da Polónia entre 2007 e 2022, que está em vigor desde 31 de maio de 2023.



Igualdade de Género, LGBTQI, Inclusão Social e Migração

Rotas migratórias: Comissão apresenta um novo plano de ação para as rotas do Mediterrâneo Ocidental e do Atlântico

A Comissão Europeia [apresentou](#) um [plano de ação da UE para as rotas migratórias do Mediterrâneo Ocidental e do Atlântico](#). Na sua carta ao Conselho Europeu de 20 de março de 2023, Ursula von der Leyen reiterou os trabalhos da Comissão em curso com os Estados-Membros mais interessados relativos aos planos de ação para o Mediterrâneo Ocidental e o Atlântico. Este plano de ação decorre também diretamente do Conselho Extraordinário «Justiça e Assuntos Internos» de novembro de 2022, durante o qual os ministros se comprometeram a aplicar o Plano de Ação da UE para o Mediterrâneo Central, seguido do Plano de Ação da UE para os Balcãs Ocidentais, e aprovaram a elaboração de planos de ação semelhantes para as principais rotas migratórias.

A UE tem vindo a reforçar a sua parceria com os principais países de origem e de trânsito ao longo da rota, em plena coordenação com os seus Estados-Membros enquanto Equipa Europa. As medidas tomadas pela UE, pelos Estados-Membros e pelos parceiros internacionais têm contribuído para a diminuição considerável das chegadas irregulares. No entanto, não se verificam ainda alterações significativas relativas ao número de chegadas irregulares*. Tal exige uma vigilância contínua e respostas operacionais concretas, alicerçadas na cooperação eficaz atual.

O presente plano de ação apresenta 18 medidas operacionais específicas, estruturadas em torno de dois pilares. O objetivo é ajudar os Estados-Membros a reforçar a gestão da migração ao longo desta rota, evitando as partidas irregulares e salvando vidas, mediante uma estreita colaboração com os países parceiros.

Violência contra as mulheres e violência doméstica: Conselho define posição

O Conselho [definiu](#) a sua posição (abordagem geral) sobre uma proposta de diretiva relativa à prevenção e ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica. A diretiva estabelece regras mínimas em matéria de direitos das vítimas e de proteção e apoio às vítimas.

Quando uma vítima de violência sexual ou de violência doméstica, por exemplo, entra em contacto pela primeira vez com uma autoridade, deve ser avaliado o risco que o agressor ou o suspeito representa. Nesta base, as autoridades terão de tomar medidas de proteção adequadas. Estas medidas podem incluir o impedimento de emergência e ordens de restrição ou de proteção. Os Estados-Membros devem também garantir que as vítimas possam denunciar atos de violência contra as mulheres ou de violência doméstica através de canais acessíveis e fáceis de utilizar, o que pode incluir a possibilidade de denúncia em linha e de apresentação de provas em linha.

Conclusões da Presidência sobre a segurança das pessoas LGBTI na União Europeia

A presidência do Conselho [emitiu](#) conclusões da presidência sobre a segurança das pessoas LGBTI na União Europeia, tendo o texto sido apoiado por 25 delegações.

As [conclusões da Presidência](#) centram-se na prevenção de todas as formas de violência, assédio e discriminação e na garantia de que as autoridades policiais, as autoridades judiciais e os organismos de igualdade dispõem dos instrumentos suficientes para proteger os direitos fundamentais das pessoas LGBTI.



Indústria

Preços da produção industrial desceram 2,9% em abril de 2023

Em abril de 2023, os preços da produção industrial no mercado interno da UE [diminuíram](#) 2,9 % em comparação com março de 2023. A diminuição seguiu-se a uma série de reduções dos preços no produtor que tiveram início no outono de 2022. Os preços totais caíram 9,4 % desde setembro de 2022. Estas reduções de preços compensaram apenas parcialmente os aumentos maciços que se verificaram entre o início de 2021 e setembro de 2022.

As recentes quedas e os anteriores aumentos dos preços da produção industrial resultaram principalmente de movimentos substanciais nos preços da energia. Entre janeiro de 2021 e setembro de 2022 (o pico da evolução dos preços), os preços da produção industrial nacional aumentaram 59,1%, com uma média de cerca de 2% por mês. Durante o mesmo período, os preços da energia no produtor aumentaram, em média, 5% por mês, o que correspondeu a um aumento total de 163,0%. Desde setembro de 2022, os preços da energia caíram 26,7% (-4% em média por mês).

Particularmente fortes foram as variações para a extração de petróleo bruto e gás natural (9% em média por mês entre janeiro de 2021 e setembro de 2022 e -9% em média por mês entre setembro de 2022 e abril de 2023) e a produção de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado (quase 6% em média por mês entre janeiro de 2021 e setembro de 2022 e -5% em média por mês entre setembro de 2022 e abril de 2023).



Mar e Pescas

UE entre os primeiros a aceitar o acordo da OMC sobre as subvenções à pesca

A UE [aceitou](#) formalmente o acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre as subvenções à pesca, em nome dos seus 27 Estados-Membros. A aceitação da UE aproxima o Acordo da sua entrada em vigor e do cumprimento da meta 14.6 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O acordo sobre as subvenções à pesca é crucial para garantir que esta ajuda tem como objetivo central a sustentabilidade e evitar a degradação dos oceanos e das unidades populacionais de peixes, que constituem o meio de subsistência das comunidades costeiras em todo o mundo.

O acordo entrará em vigor logo que dois terços dos membros da OMC concluíam os seus processos de ratificação nacional. A aceitação da UE (válida para os 27 Estados-Membros) eleva para 34 o número de membros da OMC que aceitaram o Acordo. O acordo da OMC sobre as subvenções à pesca — o primeiro acordo comercial multilateral centrado na sustentabilidade — foi celebrado na 12.ª Conferência Ministerial da OMC (CM12), em junho de 2022.

O acordo inclui: a proibição de subvenções à pesca ilegal, não regulamentada e não declarada; a proibição de subvenções à pesca em zonas não regulamentadas no alto-mar; a proibição de subvenções respeitantes a unidades populacionais mais vulneráveis; disposições destinadas a combater a prática prejudicial de mudança do pavilhão dos navios de pesca para outras jurisdições; e disposições abrangentes em matéria de transparência e de notificação, para monitorizar a aplicação do acordo.

Governo dos Açores assinala Dia Mundial dos Oceanos salientando necessidade de proteger este ativo

O Governo dos Açores referiu, em [comunicado](#) que, enquanto povo atlântico, os açorianos devem a sua identidade e grande parte do seu modo de vida ao mar dos Açores. O capital natural azul do mar açoriano, com quase um milhão de quilómetros quadrados de Zona Económica Exclusiva, faz desta região uma das zonas mais valiosas a nível mundial. No entanto, este mar é tão único, rico e abundante como frágil. O oceano encontra-se perante enormes ameaças, como a poluição marinha, a acidificação dos oceanos, a pesca excessiva, as alterações climáticas e a degradação dos ecossistemas costeiros. Estes problemas afetam não apenas a vida marinha, mas também a vida humana, uma vez que os oceanos desempenham um papel crucial no sustento de muitas comunidades e economias. Neste sentido, a destruição do oceano provocará danos irreparáveis a uma grande parte da economia açoriana, com efeitos desastrosos em setores diretamente dependentes do mar, da pesca ao turismo, incluindo a segurança alimentar e o bem-estar das comunidades locais.

A proteção do oceano é, portanto, de uma importância vital, não só para a região, mas também para o mundo. É a ciência que nos demonstra que os ecossistemas do Mar dos Açores são lugares frágeis e que precisam de proteção. São décadas de investigação realizada na região que tem fornecido uma base científica inequívoca quanto à importância de uma colaboração comunitária para a sua proteção, valorização e promoção. O restauro de ecossistemas marinhos pode contribuir para o combate às alterações climáticas, fixação de carbono, proteção da biodiversidade e de espécies ameaçadas e para o aumento de recursos pesqueiros.

Esta data serve também como um momento para destacar a necessidade de se adotarem políticas e práticas que promovam, efetivamente, a preservação e o uso sustentável dos oceanos. Há exatamente um ano, na Conferência das Nações Unidas para os Oceanos, os Açores comprometeram-se a proteger, até ao final de 2023, 30% do mar açoriano, através de Áreas Marinhas Protegidas. Através do Programa *Blue Azores*, temos trabalhado ativamente na liderança pelo exemplo, antecipando em sete anos a meta internacional 30 por 30 (30% do oceano protegido até 2030). Com base em informação científica sólida e em estreita ligação com os utilizadores do mar, num processo de cocriação, desde dezembro de 2021, o programa organizou mais de 40 reuniões de suporte aos processos participativos. Estas desenvolveram-se com a participação de associações do setor da pesca, das atividades marítimo-turísticas, representantes da administração regional e nacional, ONGs e individualidades com interesse no mar.

Muito em breve, o atual Parque Marinho dos Açores irá contemplar novas áreas marinhas protegidas oceânicas (*offshore*) que permitirão salvaguardar 30% do mar dos Açores, sendo metade dessa área totalmente interdita a qualquer atividade extrativa. Esta nova rede será um instrumento fundamental na recuperação e conservação da biodiversidade marinha, a partir da qual se poderá criar uma verdadeira economia azul sustentável. Neste contexto, o Governo Regional encontra-se igualmente empenhado na reestruturação do setor das pescas, por forma a reduzir o impacto das novas restrições, a aumentar a produtividade, a sustentabilidade e os rendimentos dos profissionais, valorizando o setor e os produtos açorianos.

Qualidade das águas balneares da Europa mantém-se elevada

A maioria das zonas balneares na Europa [cumpriu](#) as mais rigorosas normas de qualidade da água "excelente" da União Europeia em 2022, de acordo com o [último relatório anual sobre águas balneares](#). A avaliação, elaborada pela Agência Europeia do Ambiente (AEA) em cooperação com a Comissão, destaca os locais onde os banhistas podem encontrar as zonas balneares mais limpas da Europa este verão (ver [aqui situação portuguesa](#)).

A qualidade da água nas zonas costeiras, que constituem dois terços do total das zonas balneares, é geralmente melhor do que a das zonas fluviais e lacustres. Em 2022, 88,9% das zonas balneares costeiras da UE foram classificadas como sendo de excelente qualidade, em comparação com 79,3% das zonas interiores. Em 2022, 95% das águas balneares de Chipre, Áustria, Grécia e Croácia cumpriam a norma de qualidade "excelente". Além disso, em Malta, na Bulgária, na Roménia, na Eslovénia e no Luxemburgo, todas as águas balneares avaliadas cumpriam, pelo menos, a norma mínima de qualidade suficiente em 2022.

Desde a adoção da Diretiva Águas Balneares em 2006, a percentagem de zonas "excelentes" aumentou, tendo estabilizado nos últimos anos, entre 85-89% para as águas balneares costeiras e 77-81% para as águas balneares interiores. Em 2022, representava 85,7% de todas as águas balneares da UE. As normas mínimas de qualidade da água foram cumpridas em 95,9% de todas as águas balneares da UE. A percentagem de águas balneares com má qualidade da água diminuiu na última década e tem-se mantido estável desde 2015. Em 2022, as águas balneares com má qualidade da água constituíam apenas 1,5% de todas as águas balneares da UE.



Juventude

26% dos jovens vivem em agregados familiares sobrelotados

Em 2021, na UE, a proporção de jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos que [vivem](#) em agregados familiares sobrelotados foi estimada em mais de um quarto, ou seja, 26%. A taxa de sobrelotação para os jovens era 9 pontos percentuais mais elevada do que a taxa de sobrelotação para a população total (17%).

Entre os Estados-Membros da UE, as taxas de sobrelotação dos jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos apresentam diferenças consideráveis. A Roménia (60%), a Bulgária (57%), a Letónia (54%), a Grécia (48%) e a Polónia (47%) registaram as taxas de sobrelotação mais elevadas para as pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos, enquanto as taxas mais baixas foram registadas por Chipre e Malta (ambas com valores próximos de 4%), Irlanda (5%), Países Baixos e Bélgica (ambas com valores próximos de 8%).



Mobilidade

Bicicletas: valor comercial aumentou em 2022

Em 2022, a UE [exportou](#) 1,1 mil milhões de euros de bicicletas (elétricas e não elétricas) (+22 % em comparação com 2021). As importações ascenderam a mais do dobro das exportações, com 2,5 mil milhões de euros de bicicletas (+32 %). O aumento global do valor comercial das bicicletas pode ser atribuído a um aumento do comércio de bicicletas elétricas, que são normalmente mais caras.

Uma análise mais aprofundada dos dados de 2022 mostra que a UE exportou 365 mil bicicletas elétricas (+16 % em comparação com 2021) e importou 1,2 milhões de bicicletas elétricas (+16 %). Entretanto, a UE exportou 1 milhão de bicicletas não elétricas (-31% em comparação com 2021) e importou 5,2 milhões (-9%). Em 2022, a Suíça foi o principal destino das exportações de bicicletas não elétricas da UE (25 % do total extra-UE, medido em valor), seguida do Reino Unido (23 %) e dos Estados Unidos (7 %).

Para as exportações de bicicletas elétricas, a Suíça e o Reino Unido foram também os principais destinos (38 % e 27 % do total das exportações de bicicletas elétricas extra-UE, respetivamente), seguidos dos Estados Unidos (13 %) e da Noruega (9 %). Em 2022, as importações de bicicletas não elétricas da UE provieram principalmente do Camboja (30 % do total das importações de bicicletas extra-UE), de Taiwan (23 %), da China (11 %), do Bangladesh (10 %) e da Turquia (6 %). Entretanto, as importações de bicicletas elétricas para a UE provinham principalmente de Taiwan (56% do total das importações de bicicletas elétricas extra-UE), seguido do Vietname (14%), da Suíça (13%), da China (8%) e da Turquia (5%).

Transporte ferroviário: passageiros beneficiam de melhor proteção e duma experiência de viagem mais agradável

Entram em vigor no passado dia 7 de junho as [novas regras europeias](#) sobre a proteção dos passageiros dos transportes ferroviários. A partir de agora, os passageiros passam a estar mais bem protegidos em caso de interrupção da viagem e as empresas ferroviárias devem garantir uma experiência de viagem tranquila aos passageiros com mobilidade reduzida. Além disso, as empresas ferroviárias devem partilhar dados sobre o tráfego e as viagens em tempo real, a fim de oferecerem preços de bilhetes mais competitivos.

Conselho e Parlamento chegam a acordo sobre a implantação de sistemas de transporte inteligentes

Com vista a acelerar a transição digital e uma mobilidade mais inteligente na UE, os representantes da Presidência do Conselho e do Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre a revisão da diretiva de 2010 relativa à implantação de sistemas de transporte inteligentes (STI). A diretiva revista visa ter em conta a evolução tecnológica, como a mobilidade conectada e automatizada, as aplicações de mobilidade a pedido e o transporte multimodal. A proposta visa também aumentar a disponibilidade e melhorar a interoperabilidade dos dados digitais que sustentam esses serviços. Por conseguinte, representa uma etapa importante para a concretização do espaço comum europeu de dados de mobilidade.

O acordo provisório preserva a ambição de avançar com a implantação sistemática e harmonizada de sistemas de transporte inteligentes, mas de forma gradual para ter plenamente em conta a relação custo-benefício e a capacidade administrativa. O acordo mantém a estrutura da proposta da Comissão, que se baseia no caráter de quadro da Diretiva STI e nas várias intervenções técnicas através de atos de execução e atos delegados. Os tipos de dados necessários, incluindo as condições de acesso aos túneis e pontes, os limites de velocidade, os planos de circulação do tráfego, as restrições permanentes de acesso, o encerramento de estradas, as obras rodoviárias, as medidas temporárias de gestão do tráfego, bem como os serviços críticos, como os serviços de informação de tráfego relacionados com a segurança rodoviária, a disponibilizar em toda a União, constam dos anexos da diretiva.



Proteção civil

Ucrânia: UE mobiliza apoio após a destruição da barragem de Kakhovka

A destruição da barragem de Nova Kakhovka, na Ucrânia, [teve](#) consequências humanitárias e ecológicas devastadoras. Enquanto se procede à evacuação das populações afetadas, a Ucrânia solicitou a assistência internacional da UE sob a forma de equipamento e maquinaria para os esforços de socorro. Numa resposta imediata, a UE já está a canalizar ajuda através do seu Mecanismo de Proteção Civil, graças às primeiras ofertas da Alemanha, da Áustria e da Lituânia. A Alemanha ofereceu 5 mil filtros de água e 56 geradores, e a

Áustria 20 contentores de água e 10 bombas de água, que estão agora a caminho da Ucrânia. Para além disso, a Lituânia e a Alemanha também ofereceram equipamento de abrigo, incluindo tendas, camas e cobertores.

O Centro de Coordenação de Resposta de Emergência da UE está em contacto direto com os serviços de emergência ucranianos para acompanhar as necessidades exatas no terreno e está pronto a coordenar mais assistência à Ucrânia com base nas necessidades emergentes. Simultaneamente, o gabinete humanitário da UE na Ucrânia está a coordenar com os seus parceiros humanitários a resposta rápida às necessidades das pessoas afetadas pelas inundações, nomeadamente através do fornecimento de ajuda alimentar e de água potável.

Incêndios florestais: quase 300 bombeiros europeus mobilizados para apoiar o Canadá

Para fazer face aos piores incêndios florestais dos últimos 10 anos, o Canadá [ativou](#) o Mecanismo de Proteção Civil da UE, solicitando a assistência europeia. Numa resposta imediata, a França, Portugal e Espanha ofereceram quase 300 bombeiros através do Mecanismo. Será também destacado um perito do Centro de Coordenação de Resposta de Emergência (CCRE) da UE para ajudar a coordenar a resposta a nível europeu.

Desde maio que se registam numerosos incêndios florestais em todo o Canadá, com um alcance e uma intensidade invulgares, que queimaram até agora cerca de 4,1 milhões de hectares, uma área equivalente à dos Países Baixos. O fumo destes incêndios está a espalhar-se pelas cidades dos Estados Unidos, emitindo 10 vezes mais CO2 do que a média. Mais de 20 mil pessoas foram evacuadas em todo o Canadá.



Saúde

União Europeia da Saúde: uma nova abordagem global da saúde mental

A Comissão Europeia [acrescentou](#) um pilar à União Europeia da Saúde, cumprindo o compromisso assumido por Ursula von der Leyen no discurso sobre o estado da União de 2022: uma nova abordagem global da saúde mental. Esta abordagem constitui um primeiro passo importante para pôr a saúde mental em pé de igualdade com a saúde física e assegurar uma nova abordagem transectorial para os problemas de saúde mental. A Comissão ajudará os Estados-Membros a dar prioridade às pessoas e à sua saúde mental, com 20 iniciativas emblemáticas e 1 230 milhões de euros em financiamento da UE de diferentes instrumentos financeiros.

A comunicação é oportuna: antes da pandemia de COVID-19, os problemas de saúde mental já afetavam uma em cada seis pessoas na UE, e a situação agravou-se com as crises sem precedentes registadas nos últimos anos. O custo da inação é significativo, ascendendo a 600 mil milhões de EUR por ano. A iniciativa responde igualmente aos apelos do Parlamento Europeu e a uma proposta apresentada pelos cidadãos no contexto da Conferência sobre o Futuro da Europa.

O custo da inação no domínio da saúde mental é significativo e prevê-se que aumente, face aos desafios globais associados às mudanças sociais, políticas e ambientais, ao aumento da digitalização, às pressões económicas e às transformações radicais no mercado de trabalho. Estima-se que os custos totais dos problemas de saúde mental — que incluem os custos para os sistemas de saúde e de segurança social, mas também a diminuição do emprego e da produtividade dos trabalhadores — ascendam a mais de 4 % do PIB nos países da UE, o que equivale a mais de 600 mil milhões de euros por ano.

Saúde digital: Comissão e OMS lançam iniciativa histórica no domínio da saúde digital para reforçar a segurança sanitária mundial

A Comissão Europeia e a Organização Mundial da Saúde (OMS) [anunciaram](#) o lançamento de uma parceria histórica no domínio da saúde digital. Em junho de 2023, a OMS irá adotar o sistema da União Europeia de certificação digital COVID-19 para estabelecer um sistema global que ajudará a facilitar a mobilidade mundial e a proteger todos os cidadãos contra ameaças atuais e futuras para a saúde. Este é o primeiro elemento constitutivo da Rede Mundial de Certificação de Saúde Digital (GDHCN) da OMS, que irá desenvolver uma vasta gama de produtos digitais para melhorar a saúde para todos.

Com base na [Estratégia Global de Saúde da UE](#) e na [Estratégia Global para a Saúde Digital dos Estados-Membros da OMS](#), a iniciativa surge na sequência do acordo de 2 de dezembro de 2022 assinado pela Comissária Stella Kyriakides e pelo Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, para intensificar a cooperação estratégica em questões de saúde a nível mundial. Esta iniciativa vem reforçar ainda mais um sólido sistema multilateral centrado na OMS, apoiado por uma UE forte.

Esta parceria pautar-se-á por uma estreita colaboração no desenvolvimento, na gestão e na aplicação do sistema da OMS, beneficiando da vasta experiência técnica da Comissão Europeia neste domínio. Um primeiro passo consiste em assegurar que os atuais certificados digitais da UE continuem a funcionar eficazmente.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

Nova Agenda para reforçar a parceria da UE com a América Latina e as Caraíbas

O alto representante e a Comissão Europeia [adotaram](#) uma [comunicação](#) conjunta que estabelece uma Nova Agenda para as Relações entre a UE e a América Latina e as Caraíbas. A comunicação propõe uma parceria estratégica mais forte e modernizada, através de um

maior empenhamento político, do fomento do comércio e do investimento e da criação de sociedades mais sustentáveis, justas e interligadas graças a investimentos efetuados ao abrigo da Estratégia Global Gateway.

A comunicação apela a um compromisso político renovado no âmbito de uma abordagem flexível e multifacetada: entre as duas regiões, com países da América Latina e das Caraíbas separadamente, com sub-regiões e com instâncias multilaterais. A nível birregional, a comunicação propõe um reforço do diálogo entre a UE e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), com cimeiras mais regulares e um mecanismo de coordenação permanente.

A nível sub-regional, as Caraíbas merecem uma maior atenção política, nomeadamente através da finalização do acordo pós-Cotonu, para além da colaboração com outros grupos sub-regionais como o Mercosul, o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), a Comunidade Andina ou a Aliança do Pacífico. A nível das relações bilaterais, outras prioridades são o relançamento de cimeiras com o Brasil e o México, que são parceiros estratégicos, bem como o estabelecimento de mecanismos de diálogo político com uma série de países que atualmente não os têm. A comunicação propõe igualmente uma maior cooperação a nível multilateral para fazer face conjuntamente aos desafios regionais e mundiais, em consonância com os nossos valores, interesses e objetivos comuns.

“É preciso atribuir e controlar melhor os 79 mil milhões de euros de ajuda ao desenvolvimento concedidos pela União Europeia”, indica o Tribunal de Contas Europeu

O principal mecanismo da União Europeia para a cooperação com os países parceiros apresenta deficiências nas metodologias de atribuição de financiamento e no acompanhamento do impacto, segundo um [relatório](#) do Tribunal de Contas Europeu. Com um orçamento de 79,5 mil milhões de euros para o período de 2021-2027, o novo Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional – Europa Global (IVCDI – Europa Global) cobre mais de 70% dos fundos da UE destinados à ação externa. Os programas geográficos foram concebidos de forma abrangente, respondendo a uma vasta gama de necessidades dos países parceiros e de prioridades da União. Porém, o Tribunal salienta que a grande abrangência pode reduzir o seu impacto.

A programação do IVCDI – Europa Global consiste na elaboração e adoção de programas indicativos plurianuais (PIP) nacionais, regionais e temáticos relativos aos países abrangidos e não abrangidos pela Política de Vizinhança. Até dezembro de 2022, a Comissão Europeia tinha adotado estes programas para 102 países parceiros, cinco regiões (África Subsariana, Vizinhança Meridional, Vizinhança Oriental, Ásia e Pacífico, Américas e Caraíbas) e quatro programas temáticos, bem como um outro PIP para o programa Erasmus+.

"Dado que o IVCDI – Europa Global irá moldar a maior parte da ajuda ao desenvolvimento concedida pela UE e a cooperação externa nos próximos anos, é essencial que tenha uma boa programação para que a sua execução seja eficaz e tenha maior impacto", realça Hannu Takkula, Membro do TCE responsável pela auditoria. "No entanto, as nossas conclusões revelam que ainda há muito a fazer: o cálculo das dotações por país não é suficientemente rigoroso e os programas não têm indicadores comuns que permitam medir os progressos realizados", acrescenta.

Anteriormente, a ação externa da UE baseava-se em vários instrumentos. A sua fusão num único instrumento, o IVCDI – Europa Global, deveria originar mais coerência, simplificar os procedimentos e aumentar a transparência das despesas. Só que, na prática, as dotações financeiras continuam a ser definidas através de metodologias diferentes, quantitativas para alguns países e qualitativas para outros. Segundo o TCE, esta situação não contribui para os objetivos de tornar a atribuição dos fundos da ação externa da UE mais transparente, coerente, comparável e abrangente.



Tecnologia, informática e comunicações

Auxílios estatais: Comissão aprova até 8,1 mil milhões de euros de apoio público de catorze Estados-Membros a um importante projeto de interesse europeu comum no domínio da microeletrónica e das tecnologias da comunicação

A Comissão Europeia [aprovou](#), ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, um importante projeto de interesse europeu comum ("IPCEI") para apoiar a investigação, a inovação e a primeira implantação industrial da microeletrónica e das tecnologias da comunicação em toda a cadeia de valor. O projeto, denominado "IPCEI ME/CT", foi preparado e notificado conjuntamente por catorze Estados-Membros: Áustria, República Checa, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Malta, Países Baixos, Polónia, Roménia, Eslováquia e Espanha. Os Estados-Membros disponibilizarão até 8,1 mil milhões de euros em financiamento público, que se espera que desbloqueie 13,7 mil milhões de euros adicionais em investimentos privados. No âmbito deste IPCEI, 56 empresas, incluindo pequenas e médias empresas, e empresas em fase de arranque, levarão a cabo 68 projetos.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para 2023.



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

Nesta [página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da UE](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!